

Agente Fiscal

Manobra do Governo adia votação



AUDITORES não se conformam com a nova MP e devem retomar a mobilização no segundo semestre

As caravanas de Auditores-Fiscais a Brasília acuraram o Governo Federal, que foi obrigado a editar uma nova Medida Provisória (MP 46/02) para evitar a sua iminente e fragorosa derrota na votação do PLV 15/02 no Congresso Nacional. A medida adiou a solução para o segundo semestre, mas, em compensação, os prazos agora estão mais definidos. Veja a cobertura completa da mobilização dos AFRF nas páginas centrais.

Espaço do Associado

AFRF do Porto do Rio de Janeiro publicam uma carta contestando as informações publicadas no *Agente Fiscal* nº 4. Pág. 8

O banquete dos bancos

O setor financeiro foi duplamente privilegiado nos oito anos do Real: lucros exorbitantes e facilidades fiscais. Pág. 7

Estrelas do Amanhã

Projeto Estrelas do Amanhã comemora 10 anos de existência com suas estrelinhas brilhando na DS. Pág. 3

Lisura nas eleições é pressuposto democrático

A proximidade das eleições vem conturbando o cenário político e econômico do país. A pressão externa contra candidaturas de oposição não é novidade nos países latino-americanos, que já sofreram golpes militares com reconhecido apoio estrangeiro. Hoje, a metodologia mudou. Há uma nítida tentativa de impor eleitoralmente determinado candidato, como única garantia de uma transição sem sobressaltos na ordem democrática e econômica.

A situação é grave porque o alerta vem justamente dos setores que têm a capacidade de causar estes sobressaltos. O megaspeculador George Soros, de quem o atual presidente do Banco Central, Armínio Fraga, foi funcionário, comparou os EUA com o Império Romano: “Na Roma antiga, só votavam os romanos. No capitalismo global moderno, só votam os americanos, os brasileiros não votam”. Soros ‘previu’ o caos na hipótese do tal candidato perder as eleições, e, coordenadamente, as análises de risco de agências internacionais encarecem o crédito para o país emitindo considerações subjetivas sobre as eleições no país.

A interferência deveria provocar reações enérgicas do governo brasileiro a favor da democracia e da soberania nacional. Mas o próprio presidente é artífice e consorte da crise fabricada pelos relatórios internacionais que rebaixam a economia brasileira segundo critérios eleitorais, ao atribuir a uma possível vitória da oposição o risco de *argentinização do país*.

A monitoração tem precedentes. Na eleição colombiana, a embaixadora dos EUA, Anne Pettersen, acompanhou de dentro do comitê do candidato oficial, Álvaro Uribe, a apuração dos votos e comemorou imediata e publicamente o resultado. Na Argentina, a eleição foi vencida por uma frente de esquerda, mas a *banca internacional* apertou até levar de volta ao governo Domingo Cavallo, quinto colocado, agora com problemas na justiça. As conseqüências são as que todos conhecemos. Nos últimos dias, George Bush declarou que a vitória de Evo Morales nas eleições bolivianas tornaria o país inviável, com a indisfarçável contribuição dos EUA.

O Brasil não pode sucumbir diante de tamanha afronta. Ou reagimos enquanto é tempo ou vamos transformar as próximas eleições em referendo da vontade imperial.

NO DIA 10/07, o Unafisco Sindical participou do lançamento da campanha “Lei 9840, pela ética na política”, em Brasília. A campanha adverte para a necessidade de uma postura pró-ativa dos cidadãos e das entidades em defesa da Democracia e dos Direitos Humanos para garantir a lisura no processo eleitoral.

NOTA: O Jornal Agente Fiscal deixou de ser publicado em junho em virtude da dinâmica dos acontecimentos nas caravanas a Brasília, cujas notícias foram distribuídas através dos Boletins Informativos. A partir deste mês, o Agente Fiscal volta a ser publicado com a regularidade de sempre.

Reconhecimento

Independentemente do desfecho do episódio desta MP que está para ser votada, quero dar meus parabéns.

Em primeiro lugar, à direção nacional da UNAFISCO, pelo trabalho longo e persistente de negociar o relatório com as outras entidades e pela condução do movimento e do trabalho parlamentar. Houve o senso de oportunidade do momento propício, a acertada percepção de que a categoria responderia à necessidade de pressionar com greve, o trabalho árduo de orquestrar todo esse processo.

Parabéns à direção da DS/RJ por ser parte integrante do processo, cabendo tudo que foi dito acima em relação à direção nacional. Além disso, por desempenhar tão bem a difícil tarefa de fazer a ponte entre a estratégia traçada e a categoria, aqui no Rio. A DS tem se empenhado, com absoluto sucesso, em levar às pessoas informações atualizadas e corretas e em envolver tanta gente não só na paralisação mas em caravanas a Brasília e aonde o movimento precisa de reforço. É um trabalho gigantesco, que exige empenho físico e psicológico de convencimento constante.

Parabéns às pessoas que, sem terem cargo oficial no sindicato, estão participando intensamente do movimento, integrando as caravanas para fora do Rio, percorrendo o prédio do Ministério da Fazenda para informar e convencer os colegas, indo ao porto e aeroporto para fortalecer o movimento na aduana, onde a pressão acontece.

Por fim, parabéns a toda a categoria que, percebendo a viabilidade da conquista, abraçou a estratégia traçada pelo sindicato, mostrando que está pronta para brigar pelo que quer, quando e como for necessário.

Estou absolutamente confiante mas, independentemente de ganharmos o que pleiteamos, teremos a certeza de que brigamos com tudo que sabíamos.

Andréa Machado Millan
Difis / Deinf – RJ0

O **Agente Fiscal** é uma publicação mensal da Delegacia Sindical do Rio de Janeiro do **Unafisco Sindical** – Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal. **Presidente:** Alexandre Teixeira. **Vice-Presidente:** Pedro Delarue Tolentino Filho. **Secretário-Geral:** Aélío dos Santos. **1º Sec. de Finanças:** Armando Domingos Barcellos Sampaio. **2º Sec. de Finanças:** Antonio Pedro Perez Alves de Faria. **Sec. de Assuntos Jurídicos:** Ana Mary da Costa Lino Carneiro. **Sec. de Defesa Profissional:** Nelson dos Santos Barbosa. **Sec. de Atividades Especiais:** José Carlos Sabino Alves. **Sec. de Ass. de Aposentados:** Álvaro de Lima Veiga. **Cons. Fiscal:** Bernadete da Pena e Silva; Paulo Fernandes Bouças; Vera Tereza Balieiro A. da Costa. **Suplentes:** Ney Roberto Luiz Coelho; Fernando Moretzsohn de Andrade; José Afonso Silva Ramos. **Cons. Editorial:** Alexandre Teixeira, Pedro Delarue, Aélío dos Santos, José Carlos S. Alves, Andréa Millan, Ney Coelho e João Costa. **Edição/Reportagem/Redação:** João Costa (Jornalista – MTPS 15.148). **Projeto Gráfico/Diagramação:** Andrei Bastos. **Foto:** Ana Paula Batista e Gilson Bezerra. **Fotolito/Impressão:** Arte & Criação Gráfica e Editora. **DS/RJ:** Rua Debret, 23 – salas 401/405 – Centro. CEP 20030-080. **Fone:** 21-2262.3827/2220.6782 (fax). **E-mail:** jornalismo@unafisco-rj.org.br **Site:** www.unafisco-rj.org.br Distribuição Gratuita, circulação local. Tiragem: 3 mil exemplares. Textos assinados não contêm, necessariamente, a opinião dos responsáveis por este jornal.

Estrelas do Amanhã comemora 10 anos

O Projeto Estrelas do Amanhã, que atende crianças carentes no Morro do Querosene, no Rio de Janeiro, comemorou no dia 10/07, no Auditório da DS/RJ, seus 10 anos de existência. O projeto foi uma iniciativa do Comitê de Ação contra a Fome pela Vida e pela Cidadania da DS/RJ. O evento contou com a presença da irmã do Betinho, Glória, que parabenizou as coordenadoras do projeto pelo trabalho feito junto às crianças. Elas recebem reforço escolar, aulas de canto e outras atividades educacionais e recreativas.



ESTRELAS DO AMANHÃ teve bolo e parabéns

A cerimônia, com a presença de quase 30 das 150 crianças atendidas atualmente, que apresentaram um número musical e deram entrevistas, emocionou os participantes. No final teve parabéns e bolo.

A META É 1.000. CAMPANHA CONTINUA FIRME

Hoje, são cerca de 500 Auditores-Fiscais do Rio de Janeiro os contribuintes fixos, que descontam no contra-cheque R\$ 10,00, R\$12,00 ou R\$15,00 em favor do Estrelas do Amanhã. A campanha visa chegar, até o fim do ano, a 1.000 contribuintes.

As diretoras do projeto vêm sentindo a necessidade de acompanhar as suas crianças até idade mais avançada, numa tentativa de superar a fase em que a tráfico de drogas ainda exerce atrativos para jovens com

poucas perspectivas de uma inserção no mercado de trabalho. A idéia é estender o trabalho a jovens com até 18 anos. Segundo elas, o espaço também está ficando pequeno para o desenvolvimento das atividades. “Parte de nossos sonhos inclui uma nova sede para atender a demanda, que não pára de crescer”.

No site do Unafisco Sindical/RJ (www.unafisco-rj.org.br) é possível encontrar todas as informações sobre o projeto, fotos e um texto escrito por uma das coordenadoras. Vale a pena conferir.

Auditores-Fiscais de todo o Brasil podem contribuir, através de doações para uma conta do Unafisco Sindical exclusiva do Projeto (Banco do Brasil, Ag. 2860-0, C/C 410.991-0).

Notícias do amanhã

Um olhar sobre a criança

Educadoras da Complementação Escolar observaram que algumas crianças não conseguiram passar de nível de um ano para outro. Para ver o que estava acontecendo, pedimos a avaliação de uma profissional que detectou, em 11 das 12 crianças avaliadas, problemas sérios na área de fonoaudiologia, que repercutiam diretamente na capacidade de aprendizagem dessas crianças. Resolvemos, então, contratar uma profissional para atender essas crianças, no próprio Projeto, em grupos de 2 ou 3, dependendo da gravidade do caso, duas vezes por semana. Esperamos obter algum resultado num período de 6 a 8 meses, no mínimo. Foram detectados também dois casos mais sérios de problemas psicológicos, mas ainda não conseguimos articular um modo de atendê-las.

Um olhar sobre o Projeto

Iniciamos em abril, com o auxílio de uma profissional da área de pedagogia, com experiência em trabalho com comunidades, um diagnóstico sócio-pedagógico do trabalho desenvolvido no Projeto, com o objetivo de avaliar as educadoras e os procedimentos por elas adotados no desenvolvimento das atividades educativas. O trabalho deve estar concluído na 1ª quinzena de junho, e através dele pretendemos buscar soluções que melhorem a qualidade do Projeto.

Lançada em Brasília campanha contra a corrupção eleitoral/2002

Mais uma campanha para mudar a face da política brasileira. “Pela Ética na Política” é uma iniciativa da Comissão Brasileira Justiça e Paz, da CNBB, pelo cumprimento da Lei 9840/99, que resultou de um Projeto de Lei de Iniciativa Popular, subscrito por um milhão de eleitores de todo o Brasil. Por essa Lei, é cassado o registro ou o diploma dos candidatos que comprem votos ou usem eleitoralmente a máquina administrativa. Ela foi aplicada pela primeira vez nas eleições municipais do ano 2000.

O lançamento da campanha para 2002 foi

em Brasília, no dia 10 de julho, no Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil/OAB, em Brasília, e contou com a participação do presidente do Unafisco Nacional, Paulo Gil Introíni, do secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Raymundo Damasceno; do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Nelson Jobim, e dos ministros Fernando Neves e Luis Carlos Madeira, ambos do TSE, e da Diretora de Assuntos Jurídicos do Unafisco/RJ, Ana Mary Carneiro. O sindicato é uma das entidades apoiadoras da campanha.

O slogan para este ano é: **Voto não tem preço, tem conseqüências.** Acompanhando de perto a campanha eleitoral, a sociedade pode inibir a corrupção, que tem sido endêmica na política brasileira. Em breve, estarão disponíveis as cartilhas da campanha. Já existem 58 comitês formados em todo o Brasil. Mais informações podem ser obtidas no site www.lei9840.org.br. Em breve, serão inaugurados Comitês Estaduais da campanha. Por enquanto, as denúncias são recebidas pelo telefone (61) 316.9690 ou pelo email votolegal@oab.org.br.

■ **VENDO LONGE:** Tributaristas aos quais o PT recorreu para montar seu plano de governo estão dedicando muitas horas de estudo ao Canadá. Desde o ano passado, ali funciona um Ministério da Receita Federal — ao que se sabe, único no mundo. Além das tarefas de arrecadação e fiscalização, o órgão faz a formulação da política fiscal do país, que, no Brasil, compete à Fazenda. (JB On Line - 27/05/02)

■ **AS CONTAS CC5 E A MEMÓRIA SELETIVA DO JORNALISMO:** *Cartas Ácidas* comentou na sexta passada (7/06) a notícia dos jornais sobre a remessa ao exterior de R\$ 124 bilhões através das contas CC5, entre 1992 e 1996. O enfoque na mídia foi na sonegação fiscal por sacoleiros e narcotraficantes, quando o próprio valor das remessas mostra que não se trata de peixinhos, mas sim de tubarões. O enfoque deveria ser no uso dessas contas para remessas pelos grandes bancos, desvirtuando o papel original dessas contas, que era apenas de servir a pessoas físicas. Anteriormente, os jornais noticiaram, a propósito da crise financeira, que mais de US\$ 600 milhões saíram do país pelo ralo das CC5 só em 2002. A *Gazeta Mercantil* deu uma página inteira ao histórico dessas contas e, no entanto, não se lembrou da notícia da semana anterior dos R\$ 124 bilhões. Essa ausência de memória jornalística poderia ser atribuída à preguiça de consultar as pastas do arquivo e até à própria falta de arquivos. Mas com os recursos de busca na internet, nem isso se justifica. Uma explicação possível é a ideológica: a contextualização completa das CC5 é inconveniente, por isso é esquecida. (Agência Carta Maior - 13.06.02)

■ **MAIS DUZENTOS MIL MILIONÁRIOS NO MUNDO EM 2001:** Segundo pesquisa realizada pelas empresas Merryll Lynch e Cap Gemini Ernst & Young em 2001 havia, em todo o mundo, 7,1 milhões de milionários. A pesquisa mostra ainda que houve um aumento de 200 mil em relação a 2000, apesar das graves crises econômicas em muitos países.

As riquezas destas pessoas, que dispõem de pelo menos US\$ 1 milhão em bens, sem incluir residência, cresceram 3% em relação ao ano anterior. Em 2001, os ricos ficaram mais ricos em todas as regiões do mundo. A maior proporção foi na América Latina (8%), apesar da crise econômica que a Argentina continua a enfrentar. A riqueza desta região está repartida entre 280 mil pessoas. Já na Ásia houve um aumento da ordem de 7,1%. Os milionários asiáticos somam 1,73 milhão. O clube dos ricos europeus contou em 2001 com o mesmo número do ano de 2000, e não viram sua riqueza aumentar.

Em relação aos milionários americanos, em 2001 mais 1,8% passou a fazer parte do grupo, que teve a sua riqueza aumentada em 1,7%. (JB On Line - 17/06/2002)

Caravanas de mobiliza

O Governo Federal editou no dia 25 de junho uma nova Medida Provisória, a MP 46/02. A princípio, este foi mais um duro golpe nos Auditores-Fiscais, porque postergou para o fim do ano a apreciação de matéria que esperavam ver votada imediatamente. Uma análise mais detida, porém, mostra que este foi um recurso desesperado do Governo Federal, que estava virtualmente derrotado na votação em plenário do PLV 15/02, marcada para aquele dia. A medida foi mal recebida no Congresso Nacional. Parlamentares sentiram-se vilipendiados e protestaram com veemência. É a primeira vez em toda a história republicana que o governo toma uma medida para sustar a votação de uma anterior já em processo de votação. A MP 2.175/29 tramitava no antigo rito e já estava vigorando há quase três anos. O governo pretendia que ela assim permanecesse, dormindo para sempre em berço esplêndido. Já a MP 46/02 perde vigência automaticamente em 120 dias e começa a trancar a pauta do Legislativo a partir do 45º dia. Isto significa que agora o prazo está definido e este é a diferença que merece atenção. O Unafisco Sindical trabalha para, quando o recesso terminar, no início de agosto, o movimento retornar com força total e, finalmente, aprovar a emenda substitutiva global apresentada pelos deputados Miro Teixeira (PDT/RJ) e Roberto Pessoa (PFL/CE), eliminando as distorções contidas nas MPs anteriores.

UMA HISTÓRIA DE LUTA QUE COMEÇOU EM 1999

A luta dos Auditores-Fiscais da Receita Federal contra as distorções provocadas pela MP 2.175/29 começou em 1999, quando o governo federal editou uma Medida Provisória estruturando as carreiras de Auditor-Fiscal da Receita Federal (AFRF) e de Técnicos da Receita Federal (TRF). Vê-se agora frutificar um longo trabalho, construído coletivamente e que se solidificou nas últimas semanas, com as primeiras paralisações, a greve por tempo indeterminado e a adoção das caravanas como instrumentos de pressão.

O Unafisco Sindical vem gerenciando — a luta não terminou — uma ciranda de viagens que nas últimas semanas incluiu o deslocamento por todo o Brasil e não apenas para Brasília. Unidades essenciais da Receita receberam o reforço de colegas de outros estados para ajudar a suportar as pressões contra a paralisação, concentradas principalmente nas aduanas. A infra-estrutura foi garantida por um Fundo de Mobilização cotizado há dois anos pelos Auditores para sustentar a luta.



MIRO TEIXEIRA recebe Auditores-Fiscais do Rio



O PRESIDENTE da Câmara, Aécio Neves, comparece à manifestação dos Auditores-Fiscais no Congresso Nacional

O Trabalho Parlamentar, somatório das caravanas a Brasília e da busca dos parlamentares em suas bases nos estados, pode vir a ser paradigmático nas relações do Executivo e do Legislativo com os servidores públicos. Acostumados aos lobistas de empresas, frequentadores assíduos dos gabinetes e cafés do Congresso, os parlamentares devem preparar-se para conviver mais detidamente com a sociedade civil, que, da mesma forma ordeira e organizada dos Auditores, pode adotar a estratégia de montar plantões no Congresso para acompanhar as matérias de seu interesse.

Entre maio e junho, foram seis semanas seguidas com mais de 1000 Auditores da Receita Federal, da Previdência Social e do Trabalho acompanhando de dentro do Congresso Nacional o enfrentamento com setores contrários as suas aspirações e as negociações para a edição de leis no parlamento brasileiro.

ação fazem história no Congresso



o de Janeiro em seu gabinete



Roberto Pessoa: relatório foi “cassado”

tação diretamente em Brasília e pode constatar como tudo influencia na eficiência do Trabalho Parlamentar: a forma como são construídas as propostas; o tom de voz e a escolha das palavras, de acordo com o parlamentar e com cada situação; o momento de forçar uma abordagem ou de aguardar, às vezes pacientemente por toda uma tarde, na ante-sala de um gabinete. Este aprendizado é uma vitória que está garantida, independente do resultado final. Quanto a isso, a postura ativa dos Auditores e sua persistência autorizam otimismo, porque, além do respeito de que já desfrutam como categoria profissional, adquiriram o respeito como interlocutores políticos.

Outro aspecto que merece destaque é que a responsabilidade pelo sucesso foi distribuída horizontalmente. Os integrantes viajaram com argumentação e embasamento geralmente reservados às lideranças sindicais. As estratégias foram disciplinadamente traçadas em reuniões matinais com a presença de cerca de seiscentos a setecentos participantes.

A mobilização dos Auditores-Fiscais pode servir de parâmetro para outras disputas dentro do Congresso Nacional, que já foi eventualmente invadido e teve suas galerias lotadas em muitas ocasiões para votações de interes-

se nacional. Mas é a primeira vez que um conjunto de categorias leva seguidamente para o parlamento parcela tão significativa de servidores públicos federais. As caravanas lotaram corredores, gabinetes e salões da Câmara e do Senado não para protestar ou gritar palavras de ordem, mas para negociar voto a voto com deputados e senadores a aprovação de uma matéria. A democracia brasileira não tinha vislumbrado até hoje uma maneira da sociedade civil acompanhar de perto a tramitação das principais matérias na Câmara e no Senado. A fórmula encontrada pelos Auditores pode abrir um precedente para lobbies populares e para o acompanhamento permanente, gabinete a gabinete, dos trabalhos parlamentares.

NOTA

A Assembléia Nacional do dia 05 de julho aprovou a continuidade dos descontos no contra-cheque em favor do Fundo de Mobilização, em virtude da perspectiva da realização de novas caravanas a Brasília no segundo semestre. Em julho, o desconto foi de 1,33% e nos próximos três meses será de 1%.

Dificuldades adicionais

A reestruturação das carreiras de Auditores-Fiscais da Receita Federal, da Previdência e do Trabalho está diretamente vinculada a um determinado desenho do Estado brasileiro. Uma derrota do governo nesta matéria representa um duro golpe na Reforma Administrativa iniciada nos anos 90, com Fernando Collor de Mello. Daí a resistência feroz. Daí também a responsabilidade destes Auditores, que mesmo involuntariamente, carregam a

responsabilidade de travar a onda neoliberal que busca há mais de uma década implantar no Brasil suas teses de Estado Mínimo. Esta é a principal razão para que outras categorias que estavam em greve no mesmo período tivessem suas reivindicações atendidas antes dos Auditores. Servidores da justiça e de outras categorias reivindicavam principalmente reajustes salariais, reduzindo a discussão à esfera econômica.

Parlamentares lideram negociações

A força da mobilização das caravanas já foi amplamente reconhecida na forma de repetidas intervenções de parlamentares, aliados ou não, que compareceram nas diversas vezes que os Auditores-Fiscais da Receita Federal, da Previdência e do Trabalho lotaram o Auditório Nereu Ramos, na Câmara, ou o Auditório Petrônio Portela, no Senado. Em uma delas, no dia 04 de junho, Presidente da Câmara, Aécio Neves, compareceu pessoalmente, algo inédito na história

das manifestações no Congresso Nacional.

Alguns deputados destacaram-se na defesa intransigente da aprovação do PLV 15/02, particularmente o Dep. Roberto Pessoa (PFL/CE), que assumiu corajosamente a tarefa de desmontar todas as distorções contidas na MP. Também foram incansáveis na defesa dos Auditores os líderes do bloco PDT/PPS, Miro Teixeira, e do PT, João Paulo Cunha, e os deputados João Eduardo Dado (PDT/SP) e Walter Pinheiro (PT/BA).

ro, superando a proposital distância imposta pela construção da capital federal longe dos grandes centros urbanos.

APRENDIZADO DE CIDADANIA

As caravanas estão permitindo que os Auditores-Fiscais da Receita Federal assistam bem de perto como funciona a pressão do governo sobre os parlamentares que ousam desafiar sua orientação. Através de parlamentares aliados, os AFRF acompanharam as mudanças inesperadas de postura — por causa de um telefonema, seja de ministro ou de líderes dos partidos governistas —, as dezenas de reuniões no Executivo, no Congresso ou na casa de um congressista importante e até mesmo como fatos de ordem pessoal podem ser politizados e aproveitados para buscar as posições de comando no processo.

O *Agente Fiscal* cobriu toda esta movimen-

SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL - DELEGACIA SINDICAL - RJ

PERÍODO DE 01/03/2002 ATÉ 31/03/2002

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
ATIVO	535.941,86	391.645,76	366.955,60	560.632,02
ATIVO CIRCULANTE	214.905,71	381.391,05	366.955,60	229.341,16
DISPONIVEL	208.735,71	376.020,56	363.325,60	221.430,67
CAIXA	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
BANCOS C/ MOVIMENTOS	11.457,62	298.106,27	287.374,20	11.457,62
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	199.304,15	74.138,23	66.500,00	206.942,38
CHEQUES EM TRANSITO	(4.026,06)	3.776,06	9.451,40	(9.701,40)
DIREITOS REALIZAVEIS	1.200,00	0,00	1.200,00	0,00
VALORES A RECEBER	1.200,00	0,00	1.200,00	0,00
ANTECIPAÇÕES	4.970,00	5.370,49	2.430,00	7.910,49
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	1.470,00	1.450,00	730,00	2.190,00
ANTECIPAÇÃO DE FERIAS	0,00	3.470,49	0,00	3.470,49
ANTECIPAÇÃO DE DESPESAS	3.500,00	450,00	1.700,00	2.250,00
ATIVO PERMANENTE	321.036,15	10.254,71	0,00	331.290,86
IMOBILIZADO	321.036,15	10.254,71	0,00	331.290,86
IMOBILIZADO	321.036,15	10.254,71	0,00	331.290,86
PASSIVO	479.785,82	153.391,10	155.794,62	482.189,34
PASSIVO CIRCULANTE	7.577,61	153.391,10	155.794,62	9.981,13
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	3.957,61	26.675,90	28.025,03	5.306,74
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	3.957,61	26.675,90	28.025,03	5.306,74
OUTRAS OBRIGAÇÕES	3.620,00	126.715,20	127.769,59	4.674,39
OUTRAS OBRIGAÇÕES	3.620,00	126.715,20	127.769,59	4.674,39
PATRIMONIO SOCIAL	472.208,21	0,00	0,00	472.208,21
PATRIMONIO SOCIAL	472.208,21	0,00	0,00	472.208,21
SUPERAVIT	472.208,21	0,00	0,00	472.208,21
DESPESAS	152.200,20	81.216,39	925,20	232.491,39
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	149.626,61	79.995,05	925,20	228.696,46
EVENTOS	14.643,19	4.167,50	821,20	18.753,15
CDS	0,00	763,66	0,00	76,66
OUTROS EVENTOS	14.643,19	4.167,50	821,20	17.989,49
DESPESAS DEPTO JORNALISMO E COMUNICAÇÃO	8.354,23	6.815,36	0,00	15.169,59
DESPESAS GERAIS - JORNALISMO E COMUNIC.	8.354,23	6.815,36	0,00	15.169,59
DESPESAS DO DEPTO. JURIDICO	11.094,42	9.553,10	0,00	20.647,52
DESPESAS SOCIAIS - JURIDICO	11.094,42	9.174,20	0,00	20.268,62
DESPESAS GERAIS - JURIDICO	0,00	378,90	0,00	378,90
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	113.130,27	58.065,43	104,00	171.091,70
DESPESAS SOCIAIS - ADMINISTRAÇÃO	75.230,16	38.986,86	104,00	114.113,02
DESPESAS GERAIS - ADMINISTRAÇÃO	37.900,11	19.078,57	0,00	56.978,68
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	2.404,50	630,00	0,00	3.034,50
DESPESAS FINANCEIRAS	2.382,77	1.221,34	0,00	3.604,11
DESPESAS FINANCEIRAS	2.382,77	1.221,34	0,00	3.604,11
DESPESAS TRIBUTARIAS	190,82	0,00	0,00	190,82
DESPESAS TRIBUTARIAS	190,82	0,00	0,00	190,82
RECEITAS	208.356,24	5.983,40	108.561,23	310.934,07
RECEITAS DE ATIV.DOS ESTATUTOS SOCIAIS	203.313,03	0,00	102.561,23	305.874,26
RECEITAS DE ASSOCIADOS	196.104,33	0,00	87.606,18	283.710,51
RECEITAS FINANCEIRAS	3.473,02	0,00	2.138,23	5.611,25
RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	3.735,68	0,00	12.816,82	16.552,50
RECEITAS DE ATIVIDADES NAO SOCIAIS	13.963,05	0,00	12.816,82	16.552,50
RECEITAS EXTRAORDINARIAS	13.963,05	0,00	6.000,00	19.963,05
(-) DEDUÇÃO DE RECEITAS	(8.919,84)	5.983,40	0,00	(14.903,24)
(-) DEDUÇÃO DE RECEITAS	(8.919,84)	5.983,40	0,00	(14.903,24)

NOTAS EXPLICATIVAS:

- 1- SUPERÁVIT ACUMULADO: a conta apresenta no período de 01/02/2002 a 28/02/2002 um saldo de R\$ 78.442,68.
- 2- OUTRAS OBRIGAÇÕES: o saldo refere-se à mensalidade Golden Cross, cobrada indevidamente de alguns associados e que até a data não compareceram à Delegacia Sindical/RJ para receber.
- 3- (-) DEDUÇÃO DE RECEITAS: o saldo do grupo refere-se ao valor consignado em folha de pagamento dos AFRF contribuintes da Campanha UNAFISCO COMBATE À FOME e repassado ao Projeto Estrelas do Amanhã.

PROGRAMA FAIXA LIVRE

Rádio Bandeirantes
1360 AM

**Todas as manhãs,
das 07:30 às 09:00h**

Política, economia,
notícias do dia e muito mais.

**Às segundas-feiras
com a participação
do Unafisco Sindical**



AO LADO
do presidente
nacional do
Unafisco,
Paulo Gil, a
Diretora de
Assuntos
Jurídicos, Ana
Mary, agita a
manifestação
em frente ao
MPOG, em
Brasília.

Quem mais lucrou foi quem menos pagou impostos

A política tributária chegou aos holofotes que iluminam a pré-campanha eleitoral pelo depoimento do candidato do PT à presidência da república Luiz Ignácio Lula da Silva, que declarou a intenção de restabelecer a progressividade no Imposto de Renda, combinando menores taxas da classe média para baixo e alíquotas mais altas para os grandes salários, podendo chegar a 50%. A resposta especificamente a esta questão está nos sites do Unafisco Sindical, através de artigo publicado pelo seu presidente nacional no Jornal O Globo.

Mas a temporada está apenas começando. Coincidência ou não, Lula foi alçado à condição de fator de desestabilização nacional porque algumas agências de risco rebaixaram a classificação do Brasil, creditando a culpa às pesquisas de opinião que indicam o favoritismo do candidato petista. Descabidos ou não, do ponto de vista científico ou político, os temores dos bancos se justificam. Menos por Lula, que não se cansa de acenar positivamente para o capital externo, e mais pelo tratamento majestoso que recebem de Fernando Henrique Cardoso, deferência que não perderiam sem esperar.

Para ficar apenas no exemplo mais recente, o Itaú acaba de anunciar lucros fabulosos no primeiro trimestre do ano: cerca de R\$ 503 milhões. Nacionais e estrangeiros, os bancos gostam do Brasil do jeito que está. O Governo Federal espremeu toda a sociedade com um aumento da carga tributária

As principais medidas para desonerar o capital, desde 1995

- REFIS
 - Dedução dos juros sobre capital próprio
 - Isenção de CPMF
- Redução do IRPJ e do adicional sobre o lucro
 - Redução da CCSL
- Isenção da remessa de lucros ao exterior
- Isenção na distribuição de lucros e dividendos
 - Eliminação da alíquota de 35% do IR
- Omissão de receita não é mais tributada integralmente

classificada pelo próprio candidato oficial, o Senador José Serra, “como o maior aumento da carga tributária em tempos de paz no Ocidente” — conforme afirmou em recente debate. Não obstante, o setor financeiro obteve vantagens inéditas e os rendimentos sobre capital pagam comparativamente menos impostos do que os rendimentos sobre o trabalho.

CARGA TRIBUTÁRIA DO SETOR FINANCEIRO FOI DRASTICAMENTE REDUZIDA

Estudos desenvolvidos pelo Unafisco Sindical enumeram sucessivas medidas, de 1995 até o presente, para reduzir a taxa sobre o sistema financeiro (ver quadro ao lado). Combinada com a manutenção das altas taxas de juros, a elevação das tarifas e a especulação financeira, a política tributária elevou o país à condição de paraíso fiscal: atraiu capital de péssima qualidade, reduziu as taxas, debilitou a fiscalização, ampliou a re-

núncia fiscal, instituiu anistias, facilitou a sonegação e abrandou a punição, permitindo que sonegadores escapem imunes caso paguem seus débitos antes da denúncia formal.

Para o setor produtivo e, principalmente, para os consumidores, a Receita Federal é algoz: altas taxas, aumento das contribuições, impostos em cascata, insensível à inibição do crescimento econômico, perfeitamente em sintonia com a idéia de FHC de que prosperidade traz inflação. É o Leão.

Já para o capital especulativo, tapete vermelho, pois que é fugaz e indispensável ao cumprimento das metas fiscais assumidas com o FMI. Mais recente e inédito, foi permitir a dedução de juros sobre capital próprio, beneficiando exatamente as empresas mais capitalizadas, ou seja, aquelas que teriam as melhores condições de arcar com os seus compromissos.

Tem sido voz corrente que, enquanto distraía o Congresso, FHC fez a Reforma Tributária que pretendia para atender aos interesses de seus sócios majoritários: os banqueiros. Mal-acostumados, eles vão dar trabalho ao próximo governo, seja ele qual for. O rumo atual tornará a situação insustentável e, mais cedo ou mais tarde, estes privilégios serão atacados. Fernando Henrique estará fora do governo, provavelmente do país, com a certeza do dever cumprido. Serviu aos compadres o que de melhor encontrou. Um verdadeiro banquete.

Jornal do Brasil (07/02/02)

Banco lucra o triplo da indústria

Juros altos levam instituições financeiras a ter rentabilidade três vezes maior do que empresas do setor produtivo

Folha de S. Paulo (17/03/02)

Bancos estrangeiros rendem mais no Brasil

Cada dólar aplicado pelos bancos estrangeiros no país rendeu, em média, 50% a mais do que no resto do mundo

Lucros dos bancos em 2001

Bradesco	R\$ 2,2 bilhões
Itaú	R\$ 1,5 bilhão
BankBoston	R\$ 737 milhões*
Unibanco	R\$ 731 milhões
ABN-AMRO Real	R\$ 370 milhões

*O maior resultado dos 55 anos de história no país, 200% acima da performance registrada em 2000.

Lucros dos bancos, 1º trimestre de 2002

Banespa (Santander)	R\$ 526 milhões**
Itaú	R\$ 503 milhões
Bradesco	R\$ 420 milhões***

** Crescimento de 411,41% sobre o mesmo período de 2001; *** Lucro por dia foi de R\$ 4,66 milhões.

AFRF do Porto/RJ contestam o Agente Fiscal

Rio de Janeiro, 28 de maio de 2002.
À Delegacia do Unafisco Sindical
no Rio de Janeiro

Nós, Auditores Fiscais da Receita Federal lotados na Alfândega do Porto do Rio de Janeiro, vimos, por meio desta, protestar contra o teor do artigo "Uma Aduana para inglês ver", publicado no informativo "Agente Fiscal" da Delegacia do Unafisco Sindical no Rio de Janeiro de abril de 2002.

Ao criticar a administração desta Inspeção, o texto acaba por ferir diretamente a imagem dos servidores lotados nesta Aduana. Servidores estes que, não apenas se esforçam dignamente em movimentar a máquina administrativa desta unidade, mas também apóiam irrestritamente o nosso sindicato em momentos críticos de nossa carreira como na atual luta em aprovar o relatório da Medida Provisória nº 2175-29.

Os parágrafos segundo e terceiro do artigo, irresponsavelmente, sugerem que os servidores desta unidade poderiam atender a interesses de empresas privadas em troca de água potável, copos plásticos, cafezinho e material de escritório. Cabe salientar que estes bens são oferecidos pelas empresas concessionárias dos terminais não a título de "favores", conforme sugerido pelo texto, mas sim porque estas são obrigadas a fazê-lo por força da IN/SRF nº 37/96 e de contrato por elas assinado.

Ao afirmar que estes "favores" poderiam ser usados como moeda de troca para outros interesses, o texto reflete para dentro da nossa categoria a antiga imagem de corrupção e interesses escusos que, infelizmente, a nossa carreira ainda tem na opinião pública. Neste trecho

	Prevista	Realizada
Quantidade de ações referentes ao plano de metas de 2001	2700	3843
Arrecadação de multas em milhões de reais	3,9	4,4
	2000	2001
Total de apreensões em milhões de reais	5,8	23,8
Autos de Infração lavrados em milhões de reais	9,0	24,0

do artigo, o boletim trabalha contra a brilhante e recente campanha da Unafisco em busca da valorização e do reconhecimento institucional da SRF e de nossa carreira junto à sociedade.

Em relação a afirmação de que existe uma orientação para a liberação rápida de cargas no porto, não vemos problema algum nisto, uma vez que acreditamos que a agilidade e o bom atendimento devam nortear as nossas ações. Entretanto, tal rapidez em momento algum significa um afrouxamento, especificamente no Porto do Rio, dos controles atualmente disponíveis, pois tal tratamento é dado a empresas previamente analisadas e que apresentam baixo risco para a Fazenda Nacional. Assim sendo, nos é possível dispor de um tempo maior aos despachos que demandam especial atenção.

A nossa unidade vem sistematicamente ultrapassando as metas de arrecadação e repressão instituídas, graças ao desempenho e luta de todos os servidores da Unidade. Isto é demonstrado através das tabelas abaixo.

Desta forma, não podemos aceitar declarações soltas e fora de contexto que comprometem o nosso trabalho diário, tais como: "essas

facilidades contribuem para um significativo crescimento do contrabando, da concorrência desleal e da entrada ilegal de produtos no país".

A declaração de que é comum o acesso de prostitutas à área de carga e a saída de contêineres não manifestados não encontra fundamento em virtude da atuação da Equipe de Vigilância – EQVIG. No ano de 2001 foram realizadas 1931 operações de ronda, 225 operações diversas (costado de Navio, controle de Portões, Pátio dos Terminais, etc...) e visitados 1859 navios (100%). Em 2002, já efetuamos 495 operações de ronda, 74 operações diversas e visitados 647 navios (dados: Abril/2002). Com isso, estamos atuantes e atentos às movimentações de carga e ao acesso de pessoas na zona primária.

Informamos, ainda, à DS/RJ que não é praxe desta unidade apresentar "mesas abarrotadas com pilhas de processos", conforme escrito no primeiro parágrafo do artigo. NO Porto do Rio de Janeiro, os servidores zelam pela organização e limpeza do ambiente de trabalho.

Quanto à segunda metade do artigo, o texto, cita problemas que nós acreditamos que a DS/RJ considere comuns a todas as Aduanas do país, e não exclusivos do Porto do Rio de Janeiro. Nesta parte, foram infelizes o texto, por não contextualizar corretamente os assuntos abordados, e a editoria do boletim ao misturar tópicos de discussão de nível nacional em uma matéria de assunto local.

Esperamos que esta carta seja publicada na próxima edição do "Agente Fiscal" em respeito aos servidores do Porto do Rio de Janeiro.

Cordialmente,

*André Ximenes,
com mais 29 assinaturas*

Esclarecimento da DS/RJ sobre a matéria do Porto do Rio de Janeiro

Manifestamos de pronto a nossa interpretação de que a reação dos colegas do Porto do Rio de Janeiro é uma demonstração de apreço pela própria Receita, o que consideramos positivamente também como apreço ao cargo e às responsabilidades correspondentes. Somente esta razão pôde fazer surgir tamanha identificação dos funcionários com críticas que em nenhum momento dirigiram-se a eles, e sim à instituição.

CAFÉ, COPOS, LÁPIS E BORRACHA

A DS/RJ ainda avalia que deveria ser de total responsabilidade da SRF prover todo e qualquer material necessário ao bom funcionamento da Aduana, sem estimular ou aceitar que empresas assumam este provimento. Favores consagrados em uma Instrução Normativa reforçam a institucionalização desta promiscuidade, que pode sim gerar o favorecimento das empresas que sejam mais "íntimas" do sustento da casa.

Mas, de forma alguma, deu-se a entender que funcionários prestariam esses favores voluntária ou interessadamente ou que seriam beneficiários de qualquer ilicitude. O perigo ronda a própria SRF. A DS/RJ continua a defender que a SRF use verba própria para garantir o bom funcionamento das aduanas, no interesse de bom exercício de suas funções, com conforto para todos e independência operacional.

AGILIDADE NÃO É PRESSA

A crítica feita à rapidez com que as cargas são liberadas tem endereço certo: a própria Receita Federal. A DS/RJ mantém o entendimento de que a velocidade serve de pretexto para alcançar o objetivo de afrouxar a fiscalização. A DS/RJ não diz que o problema restringe-se a esta ou aquela Unidade, mas, obviamente, as referências são as Unidades do Rio de Janeiro.

Não é de hoje que o Unafisco Sindical critica abertamente os atos administrativos da Receita que abriram o torniquete da fiscalização. Sempre defendemos serviço ágil e bom atendimento, o que é diferente de ser obrigado pela SRF a correr com as fiscalizações que sobram do Canal Verde para não incomodar os clientes. Certos de que a centralização do sistema tirou dos fiscais boa parte de seu poder decisório, não seria o sindicato a atribuir culpa ou responsabilidade aos funcionários

pelo aumento do contrabando e do tráfico. Nenhuma matemática é necessária para prová-lo: a Receita afrouxa, os bandidos se aproveitam.

Por fim, a presença da substituição é reveladora do abandono da Unidade e solicitar providências urgentes quanto a isso diz respeito à segurança dos trabalhadores do Porto/RJ, inclusive auditores-fiscais.

TEXTO CONTINHA FALHAS NÃO DETECTADAS PELO EDITOR

A DS/RJ admite que o texto poderia ter separado melhor observações que são alusivas ao Porto/RJ das demais, que são comuns a todas as aduanas. O que, por extensão, inclui o Porto. No entanto, não há razão para envergonhar-se de falar abertamente sobre estes problemas, ainda mais porque não foram criados por nenhum de nós.

Cabe, sim, a denúncia e isto foi feito no espírito de contribuir para a busca de soluções que atendam às expectativas que sindicato e trabalhadores têm em comum: uma aduna forte, respeitada, bem aparelhada e organizada, em boas condições de trabalho, com funcionários satisfeitos e reconhecidos pela relevância de seus serviços, expediente para o qual temos contado com os colegas do Porto, que têm trazido valiosas contribuições para as lutas empreendidas em benefício da categoria.